

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.246 - DF (2019/0042605-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : A M R
ADVOGADO : AGAMENON CARNEIRO DE AGUIAR JÚNIOR - DF028394
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF, na petição de fls. 855/856, requer o início da execução da pena, tendo em vista o que foi decidido pelo Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF no julgamento do *habeas corpus* n. 126.292/SP.

A defesa, no recurso especial, se reporta ao descabimento da execução provisória da pena, eis que o recorrente é idoso, portador de câncer de próstata e o juiz sentenciante determinou a execução após o trânsito em julgado, sem recurso da acusação (fl. 715).

É o relatório.

Decido.

Considerando que foi mantida a condenação de A M R em segundo grau de jurisdição, esgotando-se as vias ordinárias, determino à Coordenadoria da Quinta Turma a remessa da cópia dos autos ao juízo de primeira instância, a fim de que proceda à execução provisória da pena imposta ao ora requerido.

Cumprе ressaltar que a execução provisória da pena é cabível mesmo que o juiz tenha determinada a execução após o trânsito em julgado. Cito precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. EXAURIMENTO DA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO PELO PARQUET. ALEGAÇÃO DE FALTA DE CONDENÇÃO POR, NO MÍNIMO, DUAS INSTÂNCIAS. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Conforme a pacífica orientação desta Corte, a execução provisória da pena privativa de liberdade, ainda que determinada em recurso exclusivo da defesa, não implica ofensa à coisa julgada, à presunção de inocência ou à reformatio in pejus.

Superior Tribunal de Justiça

2. Não há a necessidade de requerimento do Ministério Público para a determinação do início da execução provisória da pena, haja vista ser consequência lógica da condenação, podendo ser decretada, assim, de ofício pela autoridade judiciária.

[...]

5. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nessa extensão, desprovido (AgRg no HC 493.069/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2019).

Ainda, a execução provisória da pena não obsta a prisão domiciliar, se o juízo da execução penal entender por sua aplicação. Cito precedente:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. SUBSTITUIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. RÉ MÃE DE DUAS CRIANÇAS MENORES DE 12 ANOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA. PRIORIDADE. HC COLETIVO Nº 143.641/SP (STF). HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. Esta Corte tem autorizado a concessão de prisão domiciliar mesmo em execução provisória da pena, não se podendo descurar, ademais, que a prisão domiciliar é instituto previsto tanto no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, para substituir a prisão preventiva de mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; quanto no art.117, inciso III, da Lei de Execuções Penais, que se refere à execução provisória ou definitiva da pena, para condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.

[...]

7. Habeas corpus concedido, confirmando a medida liminar, para substituir a custódia da paciente pela prisão domiciliar, sem prejuízo da fixação de outras medidas cautelares, a critério do Juízo a quo (HC 504.847/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2019).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator